

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| PREFÁCIO | 5 |
| NOTA DOS AUTORES À 1. ^a EDIÇÃO | 9 |
| NOTA DOS AUTORES À 2. ^a EDIÇÃO | 11 |
| NOTA DOS AUTORES À 3. ^a EDIÇÃO | 13 |
| NOTA DOS AUTORES À 4. ^a EDIÇÃO | 15 |
| NOTA DOS AUTORES À 5. ^a EDIÇÃO | 17 |

| | |
|--|----|
| DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS DA LEI N.º 41/2013, DE 26 DE JUNHO | 19 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| Artigo 1.º – Objeto | 19 |
| Artigo 3.º – Intervenção oficiosa do juiz | 19 |
| Artigo 4.º – Norma revogatória | 22 |
| Artigo 6.º – Ação executiva | 25 |
| Artigo 7.º – Outras disposições | 27 |
| Artigo 8.º – Entrada em vigor | 29 |

| | |
|--------------------------|----|
| CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL | 31 |
|--------------------------|----|

| | |
|--|----|
| LIVRO I – Da ação, das partes e do Tribunal | 31 |
| TÍTULO I – Das disposições e dos princípios fundamentais | 31 |
| Artigo 1.º – Proibição de autodefesa | 31 |
| TÍTULO II – Das espécies de ações | 32 |
| Artigo 10.º – Espécies de ações, consoante o seu fim | 32 |
| TÍTULO III – Das partes | 35 |
| CAPÍTULO IV – Disposições especiais sobre execuções | 35 |

| | |
|--|--------|
| Artigo 53.º – Legitimidade do exequente e do executado | 35 |
| Artigo 54.º – Desvios à regra geral da determinação da legitimidade | 39 |
| Artigo 55.º – Exequibilidade da sentença contra terceiros | 48 |
| Artigo 56.º – Coligação | 50 |
| Artigo 58.º – Patrocínio judiciário obrigatório | 53 |
| TÍTULO IV – Do Tribunal | 57 |
| CAPÍTULO II – Da competência internacional | 57 |
| Artigo 63.º – Competência exclusiva dos tribunais portugueses | 57 |
| CAPÍTULO III – Da competência interna | 60 |
| SECÇÃO I – Competência em razão da matéria | 60 |
| Artigo 65.º – Tribunais e secções de competência especializada | 60 |
| SECÇÃO II – Competência em razão do valor | 64 |
| Artigo 66.º – Instâncias central e local | 64 |
| SECÇÃO IV – Competência em razão do território | 65 |
| SECÇÃO V – Disposições especiais sobre execuções | 65 |
| Artigo 85.º – Competência para a execução fundada em sentença | 65 |
| Artigo 86.º – Execução de sentença proferida por tribunais superiores | 71 |
| Artigo 87.º – Execução pelas indemnizações | 72 |
| Artigo 88.º – Execução pelas indemnizações derivadas de condenação em tribunais superiores | 75 |
| Artigo 89.º – Regra geral de competência em matéria de execuções | 75 |
| Artigo 90.º – Execução fundada em sentença estrangeira | 81 |
| Artigo 95.º – Competência convencional | 82 |
| CAPÍTULO V – Das garantias da competência | 85 |
| SECÇÃO I – Incompetência absoluta | 85 |
| Artigo 96.º – Casos de incompetência absoluta | 85 |
| SECÇÃO II – Incompetência relativa | 88 |
| Artigo 102.º – Em que casos se verifica | 88 |
| Artigo 104.º – Conhecimento oficioso da incompetência relativa | 89 |
| LIVRO II – Do processo em geral | 92 |
| TÍTULO I – Dos atos processuais | 92 |
| CAPÍTULO I – Atos em geral | 92 |
| SECÇÃO I – Disposições comuns | 92 |
| Artigo 132.º – Processo eletrónico | 92 |
| SECÇÃO V – Publicidade e acesso ao processo | 96 |
| Artigo 164.º – Limitações à publicidade do processo | 96 |
| Artigo 272.º – Suspensão por determinação do juiz ou por acordo das partes | 100 |
| SUBSECÇÃO III – Oposição mediante embargos de terceiro | 103 |

| | |
|---|---------|
| Artigo 342.º – Fundamento dos embargos de terceiro | 103 |
| Artigo 343.º – Embargos de terceiro por parte dos cônjuges | 108 |
| Artigo 344.º – Dedução dos embargos | 111 |
| Artigo 345.º – Fase introdutória dos embargos | 114 |
| Artigo 346.º – Efeitos da rejeição dos embargos | 116 |
| Artigo 347.º – Efeitos do recebimento dos embargos | 118 |
| Artigo 348.º – Processamento subsequente ao recebimento dos embargos | 119 |
| Artigo 349.º – Caso julgado material | 122 |
| Artigo 350.º – Embargos de terceiro com função preventiva | 123 |
| CAPÍTULO IV – Habilitação | 125 |
| Artigo 351.º – Quando tem lugar a habilitação – Quem a pode promover | 125 |
| Artigo 352.º – Regras comuns de processamento do incidente | 128 |
| Artigo 353.º – Processo a seguir no caso de a legitimidade já estar reconhecida em documento ou noutro processo | 130 |
| Artigo 354.º – Habilitação no caso de a legitimidade ainda não estar reconhecida | 132 |
| Artigo 355.º – Habilitação no caso de incerteza de pessoas | 134 |
| Artigo 356.º – Habilitação do adquirente ou cessionário | 136 |
| Artigo 357.º – Habilitação perante os tribunais superiores | 139 |
| CAPÍTULO V – Liquidação | 140 |
| Artigo 358.º – Ónus de liquidação | 140 |
| Artigo 359.º – Dedução da liquidação | 144 |
| Artigo 360.º – Termos posteriores do incidente | 146 |
| TÍTULO VI – Das custas, multas e indemnização | 148 |
| CAPÍTULO I – Custas – Princípios gerais | 148 |
| Artigo 541.º – Garantia de pagamento das custas | 148 |
| TÍTULO VII – Das formas de processo | 150 |
| CAPÍTULO III – Processo de execução | 150 |
| Artigo 550.º – Forma do processo comum | 150 |
| Artigo 551.º – Disposições reguladoras | 153 |
| TÍTULO IV – Da sentença | 155 |
| CAPÍTULO III – Efeitos da sentença | 155 |
| Artigo 626.º – Execução da decisão judicial condenatória | 155 |
| LIVRO IV – Do processo de execução | 160 |
| TÍTULO I – Do título executivo | 160 |
| Artigo 703.º – Espécies de títulos executivos | 160 |
| Artigo 704.º – Requisitos da exequibilidade da sentença | 202 |
| Artigo 705.º – Exequibilidade dos despachos e das decisões arbitrais | 205 |

| | |
|--|-----|
| Artigo 706.º – Exequibilidade das sentenças e dos títulos exarados em país estrangeiro | 207 |
| Artigo 707.º – Exequibilidade dos documentos autênticos ou autenticados | 213 |
| Artigo 708.º – Exequibilidade dos escritos com assinatura a rogo | 215 |
| Artigo 709.º – Cumulação de execuções fundadas em títulos diferentes | 216 |
| Artigo 710.º – Cumulação de execuções fundadas em sentença | 219 |
| Artigo 711.º – Cumulação sucessiva | 220 |
| TÍTULO II – Das disposições gerais | 222 |
| Artigo 712.º – Tramitação eletrónica do processo | 222 |
| Artigo 713.º – Requisitos da obrigação exequenda | 224 |
| Artigo 714.º – Escolha da prestação na obrigação alternativa | 227 |
| Artigo 715.º – Obrigação condicional ou dependente de prestação | 228 |
| Artigo 716.º – Liquidação | 231 |
| Artigo 717.º – Registo informático de execuções | 235 |
| Artigo 718.º – Retificação, atualização, eliminação e consulta dos dados | 237 |
| Artigo 719.º – Repartição de competências | 239 |
| Artigo 720.º – Agente de execução | 243 |
| Artigo 721.º – Pagamento de quantias devidas ao agente de execução | 247 |
| Artigo 722.º – Desempenho das funções por oficial de justiça | 250 |
| Artigo 723.º – Competência do juiz | 253 |
| Artigo 724.º – Requerimento executivo | 256 |
| TÍTULO III – Da execução para pagamento de quantia certa | 256 |
| CAPÍTULO I – Do processo ordinário | 256 |
| SECÇÃO I – Fase introdutória | 256 |
| Artigo 725.º – Recusa do requerimento | 261 |
| Artigo 726.º – Despacho liminar e citação do executado | 264 |
| Artigo 727.º – Dispensa de citação prévia | 285 |
| SECÇÃO II – Oposição à execução | 289 |
| Artigo 728.º – Oposição mediante embargos | 289 |
| Artigo 729.º – Fundamentos de oposição à execução baseada em sentença | 291 |
| Artigo 730.º – Fundamentos de oposição à execução baseada em decisão arbitral | 301 |
| Artigo 731.º – Fundamentos de oposição à execução baseada noutro título | 304 |
| Artigo 732.º – Termos da oposição à execução | 306 |
| Artigo 733.º – Efeito do recebimento dos embargos | 312 |
| Artigo 734.º – Rejeição e aperfeiçoamento | 317 |
| SECÇÃO III – Penhora | 319 |
| SUBSECÇÃO I – Bens que podem ser penhorados | 319 |
| Artigo 735.º – Objeto de execução | 319 |

| | |
|--|-----|
| Artigo 736.º – Bens absoluta ou totalmente impenhoráveis | 322 |
| Artigo 737.º – Bens relativamente impenhoráveis | 327 |
| Artigo 738.º – Bens parcialmente penhoráveis | 330 |
| Artigo 739.º – Impenhorabilidade de quantias pecuniárias ou depósitos bancários | 339 |
| Artigo 740.º – Penhora de bens comuns em execução movida contra um dos cônjuges | 340 |
| Artigo 741.º – Incidente de comunicabilidade suscitado pelo exequente | 344 |
| Artigo 742.º – Incidente de comunicabilidade suscitado pelo executado | 350 |
| Artigo 743.º – Penhora em caso de comunhão ou compropriedade | 353 |
| Artigo 744.º – Bens a penhorar na execução contra o herdeiro | 357 |
| Artigo 745.º – Penhorabilidade subsidiária | 359 |
| Artigo 746.º – Penhora de mercadorias carregadas em navio | 361 |
| Artigo 747.º – Apreensão de bens em poder de terceiro | 363 |
| Artigo 748.º – Consultas e diligências prévias à penhora | 364 |
| SUBSECÇÃO II – Disposições gerais | 364 |
| Artigo 749.º – Diligências prévias à penhora | 367 |
| Artigo 750.º – Diligências subsequentes | 370 |
| Artigo 751.º – Ordem de realização da penhora | 373 |
| Artigo 752.º – Bens onerados com garantia real e bens indivisos | 380 |
| Artigo 753.º – Realização e notificação da penhora | 382 |
| Artigo 754.º – Dever de informação e comunicação | 384 |
| SUBSECÇÃO III – Penhora de bens imóveis | 385 |
| Artigo 755.º – Realização da penhora de coisas imóveis | 385 |
| Artigo 756.º – Depositário | 389 |
| Artigo 757.º – Entrega efetiva | 393 |
| Artigo 758.º – Extensão da penhora – Penhora de frutos | 396 |
| Artigo 759.º – Divisão do prédio penhorado | 397 |
| Artigo 760.º – Administração dos bens depositados | 400 |
| Artigo 761.º – Remoção do depositário | 402 |
| Artigo 762.º – Conversão do arresto em penhora | 403 |
| Artigo 763.º – Levantamento de penhora | 404 |
| SUBSECÇÃO IV – Penhora de bens móveis | 408 |
| Artigo 764.º – Penhora de coisas móveis não sujeitas a registo | 408 |
| Artigo 765.º – Cooperação do exequente na realização da penhora | 412 |
| Artigo 766.º – Auto de penhora | 413 |
| Artigo 767.º – Obstáculos à realização da penhora | 414 |
| Artigo 768.º – Penhora de coisas móveis sujeitas a registo | 415 |
| Artigo 769.º – Modo de fazer navegar o navio penhorado | 418 |

| | |
|--|-----|
| Artigo 770.º – Modo de qualquer credor fazer navegar o navio penhorado | 419 |
| Artigo 771.º – Dever de apresentação dos bens | 420 |
| Artigo 772.º – Aplicação das disposições relativas à penhora de imóveis | 422 |
| SUBSECÇÃO V – Penhora de direitos | 423 |
| Artigo 773.º – Penhora de créditos | 423 |
| Artigo 774.º – Penhora de títulos de crédito | 428 |
| Artigo 775.º – Termos a seguir quando o devedor negue a existência do crédito | 430 |
| Artigo 776.º – Termos a seguir quando o devedor alegue que a obrigação está dependente de prestação do executado | 431 |
| Artigo 777.º – Depósito ou entrega da prestação devida | 434 |
| Artigo 778.º – Penhora de direitos ou expectativas de aquisição | 437 |
| Artigo 779.º – Penhora de rendas, abonos, vencimentos ou salários | 440 |
| Artigo 780.º – Penhora de depósitos bancários | 444 |
| Artigo 781.º – Penhora de direito a bens indivisos e de quotas em sociedades | 451 |
| Artigo 782.º – Penhora de estabelecimento comercial | 456 |
| Artigo 783.º – Disposições aplicáveis à penhora de direitos | 462 |
| SUBSECÇÃO VI – Oposição à penhora | 462 |
| Artigo 784.º – Fundamentos da oposição | 462 |
| Artigo 785.º – Processamento do incidente | 470 |
| SECÇÃO IV – Citações e concurso de credores | 473 |
| SUBSECÇÃO I – Citações | 473 |
| Artigo 786.º – Citações | 473 |
| Artigo 787.º – Estatuto processual do cônjuge do executado | 479 |
| SUBSECÇÃO II – Concurso de credores | 481 |
| Artigo 788.º – Reclamação dos créditos | 481 |
| Artigo 789.º – Impugnação dos créditos reclamados | 492 |
| Artigo 790.º – Resposta do reclamante | 494 |
| Artigo 791.º – Termos posteriores – Verificação e graduação dos créditos | 496 |
| Artigo 792.º – Direito do credor que tiver ação pendente ou a propor contra o executado | 499 |
| Artigo 793.º – Suspensão da execução nos casos de insolvência | 502 |
| Artigo 794.º – Pluralidade de execuções sobre os mesmos bens | 504 |
| SECÇÃO V – Pagamento | 509 |
| SUBSECÇÃO I – Modos de pagamento | 509 |
| Artigo 795.º – Modos de o efetuar | 509 |
| Artigo 796.º – Termos em que pode ser efetuado | 510 |
| Artigo 797.º – Execuções parcialmente inviáveis | 513 |
| SUBSECÇÃO II – Entrega de dinheiro | 514 |

| | |
|---|-----|
| Artigo 798.º – Pagamento por entrega de dinheiro | 514 |
| SUBSECÇÃO III – Adjudicação | 515 |
| Artigo 799.º – Requerimento para adjudicação | 515 |
| Artigo 800.º – Publicidade do requerimento | 518 |
| Artigo 801.º – Termos da adjudicação | 520 |
| Artigo 802.º – Regras aplicáveis à adjudicação | 522 |
| SUBSECÇÃO IV – Consignação de rendimentos | 523 |
| Artigo 803.º – Termos em que pode ser requerida e efetuada | 523 |
| Artigo 804.º – Como se processa em caso de locação | 526 |
| Artigo 805.º – Efeitos | 527 |
| Artigo 806.º – Pagamento em prestações | 528 |
| SUBSECÇÃO V – Do pagamento em prestações e do acordo global | 528 |
| Artigo 807.º – Garantia do crédito exequendo | 531 |
| Artigo 808.º – Consequência da falta de pagamento | 533 |
| Artigo 809.º – Tutela dos direitos dos restantes credores | 535 |
| Artigo 810.º – Acordo global | 537 |
| SUBSECÇÃO VI – Venda | 539 |
| DIVISÃO I – Disposições gerais | 539 |
| Artigo 811.º – Modalidades de venda | 539 |
| Artigo 812.º – Determinação da modalidade de venda e do valor base dos bens | 542 |
| Artigo 813.º – Instrumentalidade da venda | 545 |
| Artigo 814.º – Venda antecipada de bens | 546 |
| Artigo 815.º – Dispensa de depósito aos credores | 548 |
| Artigo 816.º – Valor base e competência | 550 |
| DIVISÃO II – Venda mediante propostas em carta fechada | 550 |
| Artigo 817.º – Publicidade da venda | 552 |
| Artigo 818.º – Obrigação de mostrar os bens | 554 |
| Artigo 819.º – Notificação dos preferentes | 555 |
| Artigo 820.º – Abertura das propostas | 558 |
| Artigo 821.º – Deliberação sobre as propostas | 560 |
| Artigo 822.º – Irregularidades ou frustração da venda por meio de propostas | 562 |
| Artigo 823.º – Exercício do direito de preferência | 564 |
| Artigo 824.º – Caução e depósito do preço | 566 |
| Artigo 825.º – Falta de depósito | 568 |
| Artigo 826.º – Auto de abertura e aceitação das propostas | 570 |
| Artigo 827.º – Adjudicação e registo | 571 |
| Artigo 828.º – Entrega dos bens | 577 |
| Artigo 829.º – Venda de estabelecimento comercial | 578 |
| DIVISÃO III – Outras modalidades de venda | 579 |

| | |
|--|-----|
| Artigo 830.º – Bens vendidos em mercados regulamentados | 579 |
| Artigo 831.º – Venda direta | 580 |
| Artigo 832.º – Casos em que se procede à venda por negociação particular | 584 |
| Artigo 833.º – Realização da venda por negociação particular | 586 |
| Artigo 834.º – Venda em estabelecimento de leilão | 588 |
| Artigo 835.º – Irregularidades da venda | 590 |
| Artigo 836.º – Venda em depósito público ou equiparado | 592 |
| Artigo 837.º – Venda em leilão eletrónico | 593 |
| DIVISÃO IV – Da invalidade da venda | 598 |
| Artigo 838.º – Anulação da venda e indemnização do comprador | 598 |
| Artigo 839.º – Casos em que a venda fica sem efeito | 602 |
| Artigo 840.º – Cautelas a observar no caso de protesto pela reivindicação | 605 |
| Artigo 841.º – Cautelas a observar no caso de reivindicação sem protesto | 608 |
| SECÇÃO VI – Remição | 609 |
| Artigo 842.º – A quem compete | 609 |
| Artigo 843.º – Até quando pode ser exercido o direito de remição | 613 |
| Artigo 844.º – Predomínio da remição sobre o direito de preferência | 616 |
| Artigo 845.º – Ordem por que se defere o direito de remição | 617 |
| SECÇÃO VII – Extinção e anulação da execução | 619 |
| Artigo 846.º – Cessação da execução pelo pagamento voluntário | 619 |
| Artigo 847.º – Liquidação da responsabilidade do executado | 622 |
| Artigo 848.º – Desistência do exequente | 625 |
| Artigo 849.º – Extinção da execução | 627 |
| Artigo 850.º – Renovação da execução extinta | 631 |
| Artigo 851.º – Anulação da execução, por falta ou nulidade de citação do executado | 635 |
| SECÇÃO VIII – Recursos | 637 |
| Artigo 852.º – Disposições reguladoras dos recursos | 637 |
| Artigo 853.º – Apelação | 638 |
| Artigo 854.º – Revista | 641 |
| CAPÍTULO II – Do processo sumário | 642 |
| Artigo 855.º – Tramitação inicial | 642 |
| Artigo 855.º-A – Execução respeitante a obrigação emergente de contrato com cláusulas contratuais gerais | 645 |
| Artigo 856.º – Oposição à execução e à penhora | 648 |
| Artigo 857.º – Fundamentos de oposição à execução baseada em requerimento de injunção | 651 |
| Artigo 858.º – Sanções do exequente | 656 |
| TÍTULO IV – Da execução para entrega de coisa certa | 660 |

| | |
|--|-----|
| Artigo 859.º – Citação do executado | 660 |
| Artigo 860.º – Fundamentos e efeitos da oposição mediante embargos | 662 |
| Artigo 861.º – Entrega da coisa | 665 |
| Artigo 862.º – Execução para entrega de coisa imóvel arrendada | 668 |
| Artigo 863.º – Suspensão da execução | 668 |
| Artigo 864.º – Diferimento da desocupação de imóvel arrendado para habitação | 671 |
| Artigo 865.º – Termos do diferimento da desocupação | 677 |
| Artigo 866.º – Responsabilidade do exequente | 680 |
| Artigo 867.º – Conversão da execução | 683 |
| TÍTULO V – Da execução para prestação de facto | 685 |
| Artigo 868.º – Citação do executado | 685 |
| Artigo 869.º – Conversão da execução | 689 |
| Artigo 870.º – Avaliação do custo da prestação e realização da quantia apurada | 690 |
| Artigo 871.º – Prestação pelo exequente | 691 |
| Artigo 872.º – Pagamento do crédito apurado a favor do exequente | 692 |
| Artigo 873.º – Direito do exequente quando não se obtenha o custo da avaliação | 693 |
| Artigo 874.º – Fixação do prazo para a prestação | 694 |
| Artigo 875.º – Fixação do prazo e termos subsequentes | 696 |
| Artigo 876.º – Violação da obrigação, quando esta tenha por objeto um facto negativo | 697 |
| Artigo 877.º – Termos subsequentes | 700 |